

O NEGRO: QUE DISCURSOS SÃO VEICULADOS EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA?

THE BLACK: WHAT DISCOURSES ARE VEHICLED IN HISTORY TEXTBOOKS?

Aliene Maria França dos Santos

<https://orcid.org/0009-0008-9630-045X>

Universidade Federal Rural de Pernambuco
alienemaria@outlook.com

Lílian Noemia Torres de Melo Guimarães

<https://orcid.org/0000-0003-3743-2256>

Universidade Federal de Pernambuco
lilian.noemia@gmail.com

Resumo: O presente artigo busca analisar, de modo geral, o discurso sobre o negro veiculado no livro didático de História. Considerando a importância que o livro didático assume no espaço social tão importante como a escola, analisamos como o livro didático Projeto Araribá do 7º ano, versões 2007 e 2017, trabalha uma figura representada, muitas vezes estereotipada, nos livros didáticos. Averiguamos, ainda, que inovações foram efetivadas nos livros escolhidos para análise ao longo de dez anos. Nesses livros, limitamo-nos a analisar as unidades oito “O nordeste colonial”, que se apresentam nas duas versões escolhidas, assim como a unidade três: “Reinos e povos da África”, da versão 2017. No estudo, é possível observar alguns diálogos coloniais que defendem o mito da igualdade racial no país, mesmo em tempos de escravidão. Embora haja algumas modificações positivas ao longo de dez anos no discurso sobre o negro, é notório perceber que ainda o livro de versão 2017 está guiado por lentes colonialistas, as quais defendem que no período da escravidão houve uma aproximação positiva entre negros e senhores de engenhos, permeando, assim, uma suavização da escravidão, o que corrobora para a perpetuação do racismo e de outras desigualdades sociais.

Palavras- chaves: Livro Didático; História; Discurso; Representação do negro.

Abstract: This article seeks to analyze, in general terms, the discourse on black people conveyed in history textbooks. Considering the importance that the textbook assumes in a social space as important as the school, we analyzed how the textbook Projeto Araribá for 7th grade, versions 2007 and 2017, shows a figure that is often stereotyped in textbooks. We also looked at what innovations have been made in the books chosen for analysis over the last ten years. In these textbooks, we limited ourselves to analyzing units eight, "The colonial northeast", which appears in the two versions chosen, as well as unit three, "Kingdoms and peoples of Africa", in the 2017 version. In the study, it is possible to observe some colonial dialogues that defend the myth of racial equality in the country, even in times of slavery. Although there have been some positive changes over the last ten years in the discourse on black people, it is clear that the 2017 version of the book is still guided by colonialist lenses, which argue that during the slavery period there was a positive rapprochement between black people and plantation owners, thus permeating a softening of slavery, which corroborates the perpetuation of racism and other social inequalities.

Keywords: Textbook; History; Discourse; Representation of black.

Introdução

O livro didático, considerado muitas vezes pela sociedade como mero auxílio ao professor em sala de aula, tem um papel de exprimir ideias e propagar concepções ideológicas para alunos e professores, função esta que é desconhecida por muitos leitores desse gênero. Ao contrário do que muitos julgam a respeito do livro didático, que seja apenas acessório de uma escola com conteúdos sempre neutros e satisfatórios à prática escolar, ao analisar os inúmeros discursos que nele são veiculados, observamos uma interpelação ideológica em suas temáticas, o que o faz ser considerado como um formador de opinião dentro e fora de sala de aula.

Segundo Van Dijk (2008), o discurso educacional é o segundo maior influente na sociedade, perdendo apenas para a mídia. Isso ocorre devido ao tempo em que crianças, adolescentes e jovens são expostos a esse discurso, uma vez que estão inseridos, cotidianamente, em contexto em sala de aula, lidando com livros didáticos. Estes livros, como cita Van Dijk (2008), são os únicos de leitura obrigatória na escola.

Tendo por base essa perspectiva, ressaltamos a importância desse objeto de ensino na propagação de crenças e valores, visto que, por diversas vezes, o livro assume o papel principal dentro da sala de aula.

Com base nisto, refletindo sobre a valorização dada ao livro didático e o que este significa em uma sociedade, observamos a relevância e a responsabilidade na escolha de um determinado livro didático para a formação de alunos. A partir dessas observações, sentimos a necessidade de analisar discursos que são veiculados nessa obra sobre determinados grupos sociais. Na pesquisa em questão, iremos nos delimitar aos discursos sobre o negro veiculados em algumas temáticas exploradas pelo Livro Didático, esse sendo representado de agora em diante por LD, levando em consideração a posição de subalternidade dessa etnia na sociedade, que, mesmo depois de várias conquistas, ainda é marginalizada e desvalorizada por grande parte da coletividade.

A lei 10.639/03¹ representa um avanço para etnias silenciadas ao longo do tempo, para a qual, sempre e deliberadamente, não foi dado espaço para desconstruir o ponto de vista europeu. Esta lei tem o papel de desmistificar a perseguição de etnias inferiorizadas pelo currículo eurocêntrico. Essa desmitificação é possível devido ao espaço escolar idealizado que a lei propõe; esta dispõe de novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana, bem como alicerça o ensino do docente em ressaltar a contribuição da cultura Afro para a formação da sociedade brasileira, incluindo no calendário escolar o dia 20 de novembro como “dia nacional da consciência negra”, buscando, com isso, provocar reflexões acerca do assunto aos alunos leitores. Essa lei representa um avanço para etnias silenciadas ao longo do tempo, em que prioritariamente não foi dado espaço para desconstruir o ponto de vista europeu.

Branco (2010), ao ministrar aulas e, em conversas com professores da disciplina de história, afirma que a maioria dos livros didáticos de história do Brasil não apresentam contradições às ideologias características da sociedade. Segundo a autora, os livros camuflam as diferenças e dissimulam as discriminações, impedindo, assim, a construção do senso crítico. Como consequência disso, temos o mito de igualdade racial que persiste em nosso país, mesmo depois de tantos estudos que apontam o preconceito fortemente no Brasil.

¹ 1 A lei Nº 10.639, de nove de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro- Brasileira”.

O livro analisado como objeto de investigação dessa pesquisa se trata de uma obra do Ensino Fundamental Anos Finais de História, disciplina que é responsável por abordar acontecimentos significativos da história brasileira. Sendo o livro didático um veículo ideológico, analisamos os discursos trazidos sobre uma etnia que foi e ainda é desvalorizada e oprimida pela sociedade.

Van Dijk (2008) destaca as conquistas enfrentadas em livros didáticos nas representações de etnias, que antes eram ignoradas ou representadas de forma estereotipadas e distorcidas, na qual muitos já elaboram assuntos que mostram a verdadeira face dos acontecimentos da escravidão, entre outras injustiças, porém, ainda existe um discurso eurocêntrico nesses gêneros, cita:

Muito já mudou nos livros didáticos contemporâneos. Onde antes as minorias eram praticamente ignoradas ou marginalizadas. Muitos livros didáticos contemporâneos em vários países ocidentais continuam a ser, basicamente, eurocêntricos: não somente nossa economia ou tecnologia, mas também nossos valores, nossas visões, nossas sociedades e nossas políticas são invariavelmente superiores. Eles continuam a repetir os estereótipos sobre minorias e sobre outros povos não europeus. (Van Dijk, 2008, p.149).

A obra selecionada para análise foi “*O projeto araribá*”, atualmente usada no 7º ano do Ensino Fundamental Anos Finais. Faremos uma comparação dessa obra publicada em duas versões, uma em 2007 e outra, da mesma autoria, publicada em 2017. Com base nisso, esse trabalho tem como objetivo principal analisar o discurso sobre o negro veiculado em livros didáticos de história, bem como observar possíveis mudanças que o livro *PROJETO ARARIBÁ* trouxe em relação a tais discursos ao longo de 10 anos.

Como *corpus* específico, partimos da observação da unidade 8 do livro, “O Nordeste Colonial”, que tanto o livro publicado de 2007 quanto o de 2017 apresentam. Esta unidade retrata especificamente o passado do negro no Brasil. Em seguida, analisamos a unidade 3, “Reinos e Povos da África”, do livro de publicação do ano de 2017. Esta unidade está ausente no livro do ano de 2007.

A relevância da pesquisa constitui-se em chamar a atenção da sociedade sobre os povos africanos e suas contribuições para o Brasil nos livros didáticos, que têm função de expressar informações sobre uma história de um povo; bem como, entender o motivo da possível ausência de discussões sobre o tema, visto que, por falta de debates desses assuntos, o livro propaga o que, por muito tempo, é expresso na sociedade por diversos discursos que camufla as desigualdades e fortalece o racismo.

Tendo a escola como espaço social, é necessário debater e questionar essas visões eurocêntricas, que há muito tempo são prejudiciais a esses povos, tendo a necessidade de dialogar sobre a desigualdade racial existente em nosso país e o martírio que esses povos continuam enfrentando depois da escravidão, mesmo sendo algo distante, pois eles ainda são violentados por um racismo estrutural que os desprestigia com base em estereótipos sociais; e, para desconstruir a visão eurocêntrica sobre os afrodescendentes, precisamos questionar essa arma poderosa que forma opiniões: o livro didático.

1 A análise crítica do discurso

A Análise Crítica do Discurso é um ramo do estudo da linguagem que investiga os discursos de forma crítica. Seu principal foco de investigação é o abuso de poder, a dominação e a desigualdade social. Seus interesses observam como estas relações de poder, dominação e desigualdade são estruturadas e repassadas, e, ao mesmo tempo, dedicam-se a desvelá-las, a fim de desconstruí-las. Para Van Dijk (2008), essa investigação crítica do discurso tem uma natureza dissidente, de modo que os seus analistas assumem um posicionamento explícito, objetivando compreender, revelar e se opor à desigualdade social.

Segundo o autor, já se encontram alguns fundamentos da Análise Crítica do Discurso antes da Segunda Guerra Mundial. Iniciou-se com a Linguística Crítica, que surgiu no Reino Unido e na Austrália no final da década 1970, sendo observadas também em outras disciplinas com linhagem crítica, como a Sociolinguística, a Psicologia e as Ciências Sociais.

De acordo com Resende e Ramalho (2017), a Análise Crítica do Discurso constituiu-se como disciplina no início da década de 1990, em um simpósio realizado em Holanda, onde se reuniram Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunter Kress, Theo van Leeuwen e Ruty Wodak.

Esse termo, Análise Crítica do Discurso (ACD), foi criado pelo linguista Fairclough em artigo publicado em 1985, no periódico *Journal of Pragmatics*. Fairclough considera que a ACD observa a língua como parte do processo social material.

Esta vertente da ACD está baseada em uma visão de semiose como parte irredutível dos processos sociais materiais. A semiose inclui todas as formas de construção de sentidos – imagens, linguagem corporal e a própria língua. Vemos a vida social como rede interconectada de práticas sociais de diversos tipos (econômicas, políticas, culturais, entre outras), todas com um elemento semiótico. (Fairclough, 2012 p. 308).

De acordo com Resende e Ramalho (2017), a proposta de Fairclough baseia-se em uma concepção de linguagem que se liga de forma irredutível à vida social dialeticamente interconectada com outras unidades sociais. A linguagem, com isso, é tida como interação e é parte essencial para Análise Crítica do Discurso. E é através da interação que a construção do que vem a ser poder pode se efetivar e se reproduzir. Resende e Ramalho (2017) chamam a atenção para essa articulação da interação realizada para adquirir o poder e se manter nele.

Essa noção de várias vozes, que se articulam e debatem na interação, é crucial para a abordagem da linguagem como espaço de luta hegemônica, uma vez que viabiliza a análise de contradições sociais e lutas pelo poder que levam o sujeito a selecionar determinadas estruturas linguísticas ou determinadas vozes, por exemplo, e articulá-las de determinadas maneiras num conjunto de outras possibilidades. (Resende; Ramalho, 2017, p.18).

Desse modo, de acordo com essa perspectiva, percebe-se o grau de importância que a análise da linguagem tem, visto que ela é essencial para desvelar as relações de poder que se constituem diante da interação dos sujeitos. A noção de poder social pode ser avaliada, segundo Van Dijk (2008), em termos de controle. Segundo o autor, “os grupos possuem (maior ou menor) poder se forem capazes de exercer (maior ou menor) controle sobre os atos e as mentes dos (membros de) outros grupos” (p.117). Esse poder

pode se distinguir em diversos tipos, favorecendo um determinado grupo em algo escasso ao restante, podendo ser a força, o dinheiro, a informação, a fama, entre outros. Como traz Van Dijk (2008), para a análise das relações entre discurso e poder, em primeiro lugar, é necessário constatar que o acesso a formas específicas de discursos – por exemplo, da política, da mídia ou da ciência – é em si um recurso de poder.

Com base nessa perspectiva, observamos que um poder alcançado por um determinado grupo favorece que os mesmos controlem e influenciam as mentes de outros grupos. Segundo o pesquisador, os grupos que controlam os discursos mais influentes, como é o caso da mídia, política, etc. têm mais chances de controlar as mentes e interferir nas ações de outros. Quanto mais discursos um grupo controlar, esse será considerado mais poderoso.

Van Dijk (2008) considera que as vítimas do poder são geralmente as massas populares, os clientes, a audiência, os estudantes e outros grupos que necessitam do poder institucional e organizacional. Tendo em vista o posicionamento do pesquisador, é notório que o poder está presente em grupos da elite, grupos governantes, entre outros grupos que dominam e controlam a “massa”.

Ainda segundo o autor, ao abordar aspectos que são analisados pelo olhar crítico aos diversos discursos veiculados em sociedade, a investigação da reprodução da desigualdade étnica e racial vem surgindo aos poucos na Análise Crítica do Discurso. Tendo como base a importância de tais temáticas e investigações para este campo de estudo, traremos algumas pesquisas que investigam o discurso sobre o negro, mais especificamente o discurso educacional que envolve tal grupo social

3 O negro no livro didático

De acordo com Branco (2010), o livro didático constituiu-se como objeto de pesquisa no início dos anos 1970. Vários pesquisadores se interessaram em observar seus aspectos teóricos e metodológicos, e, principalmente, a ideologia disseminada nesse material didático.

A questão racial como objeto de pesquisa vem ganhando espaço nos dias atuais, porém, essas pesquisas apresentam-se de forma tardia no âmbito educacional. Segundo Santiago e Neto (2010), a ausência da temática é considerada um sinal de silêncio e este configura-se como fenômeno educacional.

A falta de pesquisas que abordam a temática ampara um currículo escolar que não destaca e, por vezes, ignora as questões étnicas raciais, bem como, contribui com o despreparo do professor, ao se deparar com debates que envolvem a temática, trazendo com isso prejuízos para o(a) aluno(a) negro(a), o qual, em decorrência desses fatores, rejeitará a si próprio e exaltar as crianças com fenótipos diferentes, reforçando, com isso, o racismo que permeia desde o colonialismo e segue fortemente até hoje. Desse modo, crianças negras podem vir a ser rejeitadas e sofrerão racismo de seus colegas.

Silva (2010) considera que estereótipos ligados ao negro na escola, bem como a falta de identificação e a correção desses estereótipos são determinantes para o fracasso escolar de crianças e adultos negros e, como consequência, para a pobreza extrema.

Uma pesquisa que merece notoriedade sobre a temática é a de Ana Célia da Silva (2010), “Desconstruindo a Discriminação do Negro no Livro Didático”. Nessa pesquisa, a autora denuncia os inúmeros estereótipos observados em livros didáticos, assim como a inobservância do docente a trabalhar aqueles estereótipos sem, muitas vezes, identificá-los e corrigi-los. O trabalho investigou em cerca de 80 livros de Língua

Portuguesa de Ensino Fundamental a ausência de percepção e correção desses estereótipos por parte dos docentes que trabalhavam os livros em sala de aula.

Uma outra publicação da autora que merece destaque intitula-se: “A Representação Social do Negro no Livro Didático: “O Que Mudou? E Por Que mudou?”. Esse estudo é resultado da pesquisa sob o título “As Transformações da Representação Social do Negro no Livro Didático e Seus Determinantes” (2011), defendida para titulação de doutorado em educação. A pesquisa se deu pela investigação da representação social do negro no livro didático de Português de Ensino Fundamental de 1º e 2º ciclos, da década de 90. Analisaram-se os autores dos textos e ilustrações que os livros lançavam; bem como, levou-se em consideração uma pesquisa realizada anteriormente de livros da década de 80 das mesmas séries e ciclos. Nesta pesquisa, foi observada a rara presença dos negros nesses livros. Já na observação dos livros da década de 90, segundo a autora, é notório mudanças significativas dessa representação social do negro nesses livros, em comparação com a pesquisa anterior.

Para Silva (2011), a representatividade desses povos é importante para a criança negra reconhecer-se como sujeito, bem como, para a construção de sua autoestima, aceitação e integração com as crianças de sua etnia.

Destacamos um trabalho de Fúlvia Rosemberg, Chirley Bazilli e Paulo Vinícius Baptista da Silva (2003), intitulado “Racismo em Livros Didáticos Brasileiros e Seu Combate: Uma revisão da literatura”. Esta pesquisa se constitui em analisar a produção brasileira sobre expressões de racismo em livros didáticos, baseando-se em investigações publicadas em dois ângulos: publicações que enunciam o racismo em livros didáticos e publicações que se referem ao combate do racismo em livros didáticos. Os autores discutem neste artigo aspectos comuns nessas pesquisas, lacunas que continuaram sobre a temática e a diversidade de perspectivas teórico-metodológicas que os autores têm se ancorado. Além disso, os autores debatem as ações que se desenvolveram pelo movimento negro e órgãos oficiais para combater o racismo no livro didático.

Entre os trabalhos que também merecem destaque sobre o tema está o de Paulo Vinícius Baptista da Silva, Rozana Teixeira e Tânia Mara Pacifico (2013), intitulado “Políticas de Promoção de Igualdade Racial e Programas de Distribuição de Livros Didáticos”. Esse artigo discute as permanências e mudanças nos discursos dos livros didáticos distribuídos pelo PNLD. A pesquisa analisa a complexa relação entre políticas de promoção de igualdade racial e programas de distribuição de livros. São avaliados os editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) nos anos iniciais dos anos 2000. Neles foram observadas as diversas modificações positivas em relação às questões étnicas alcançadas no percurso dos programas. No entanto, os autores evidenciam que, no que diz respeito à igualdade étnico-racial, são observadas algumas normativas que utilizam o termo “tolerância” como forma de sugerir o convívio. Segundo os autores, esse termo afirma implicitamente que existe um padrão de humanidade que deve simplesmente aturar a convivência com o outro, trazendo uma ideia de hierarquização.

Por fim, seguindo essa perspectiva, citamos o trabalho recente de Miguel Melo Ifadireó, Tais Oliveira de Souza, Érika de Sá Marinho Albuquerque, Maria do Socorro de Sousa (2019), intitulado “Educação Intercultural e Sua Ambivalências Com o Estranho”. Trata-se de um estudo sobre representação social do negro no livro didático. Esse trabalho destaca a importância do material didático em auxiliar na educação intercultural e, por outro lado, evidencia as nuances que o racismo e o preconceito ao negro são capazes de contribuir para uma representação negativa deste grupo na sociedade. A pesquisa investiga um material didático e um paradidático do Ensino

Infantil e Fundamental utilizados em uma escola pública. Nesses materiais, os autores chamam a atenção para as mensagens sublimares que colocam o negro e o índio em posição inferior aos demais.

A coleção Projeto Araribá História, organizada pela Editora Moderna, traz a história através de textos verbais e não verbais: atividades, história em foco, trabalho em equipe, leituras complementares sobre as temáticas, auxiliando os estudantes a compreenderem as temáticas apresentadas nas unidades. O livro escolhido do 7º ano, versão 2007, é composto por oito unidades, contendo 136 páginas. O livro do 7º ano, versão 2017, é constituído por nove unidades, contendo 240 páginas.

4 O discurso sobre o negro no livro de história

Antes de nos dedicarmos às análises, as quais buscam averiguar o tratamento do negro ao longo de dez anos em livros didáticos de história, a seção seguinte procura demonstrar o procedimento metodológico que adotamos para a realização da investigação.

4.1 Procedimentos metodológicos

A nossa pesquisa levou em conta análises de livros didáticos selecionados e adotados pelos professores de História do Ensino Fundamental Anos Finais de escolas da Rede Pública Municipal de Ensino, localizadas em Quixaba- PE. Na escolha dos livros para a análise, o primeiro critério a ser pensado foi a coleção estar sendo utilizada em sala de aula atualmente; e o segundo, que abordasse temáticas históricas sobre o negro. Levando em consideração esses critérios, escolheu-se o livro didático da disciplina de História, uma vez que apresentava unidade específica para o tratamento do tema. Considerando as mudanças significativas que ocorreram ao longo dos anos nos livros didáticos, buscamos uma coleção de mesma autoria e de mesmo ano de ensino, na versão de dez anos atrás.

Levamos em consideração também o Guia do Livro Didático disposto no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD)², para conhecermos os livros selecionados que estariam presentes nas escolas públicas.

Com base nisso, o livro escolhido para a análise, que se encaixou nos critérios citados, foi o livro Projeto Araribá História do 7º ano do Ensino Fundamental, versões 2007 e 2017, que também foi aprovado pelo PNLD de 2018 e 2019. Da coleção *PROJETO ARARIBÁ*, o livro foi o do 7º ano devido à explanação de uma das unidades que se repetia ao longo de 10 anos, que tratava sobre o nordeste colonial. Essa unidade constitui o nosso *corpus* específico de pesquisa.

A obra organiza-se em nove unidades, subdivididas entre quatro a cinco temas. Na abordagem da História, são usadas várias fontes, motivando o trabalho com variedades de recursos textuais e não textuais, como gráficos, fotografias, entre outros, motivando, a nosso ver, o aluno a compreender as temáticas trabalhadas no livro.

Uma vez escolhidos os livros, passamos a definir a organização da pesquisa, que se dedicou em uma análise de conteúdo com base teórica na Análise Crítica do Discurso. A nossa análise delimitou-se no livro de 2007, na Unidade 8: O Nordeste Colonial, e, no Livro 2017, a Unidade 3: Reinos e Povos da África e também a Unidade

² O Programa Nacional do Livro Didático é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa.

8: O nordeste colonial, com o objetivo de analisar o discurso veiculado sobre o negro nessas obras e sua mudança diante do cenário de evoluções sobre o discurso étnico na educação ao longo de dez anos.

4.2 O que mudou no discurso da unidade “o nordeste colonial” ao longo de dez anos?

No decorrer dos anos posteriores à abolição, os negros alcançaram conquistas, no que se refere aos seus direitos. Esses avanços foram permitidos através de movimentos e lutas, porém, mesmo com essas conquistas ao longo dos anos, percebe-se a desigualdade ainda enfrentada nos dias atuais desses povos. Como cita Branco (2010):

O IBGE (2003) divulgou uma de suas valiosas “Sínteses dos Indicadores Sociais”, que, há anos, vem mostrando uma indefectível realidade de um país profundamente desigual. Já sabida, mas sempre assustadora, é a desigualdade racial. Entre os brasileiros que estão no grupo dos mais ricos 88% são brancos. Entre os 10% mais pobres, 70% são pretos ou pardos. (Branco, 2010, p.96).

Com base nos dados trazidos pela autora, essa ainda é uma realidade árdua que está presente em solo brasileiro. Mesmo conhecendo as condições de desigualdade racial, que já são comprovadas em diversos estudos que investigam a temática, e que evidencia que são decorrentes do racismo estrutural existente e persistente aos negros, ainda se defende no Brasil, a ideia de “democracia racial”, argumentando que em nosso país não existe racismo e desigualdade de “raças”. Essa ideia vem desde muito tempo e ela se configura como antagonista da realidade, pois desenvolve uma não aceitação do racismo, dificultando a possibilidade de desconstruir o racismo estrutural que é evidente no Brasil. Para Guimarães (2002), essa democracia racial trata-se apenas de um “mito”, e esta é apenas uma maneira de solapar a realidade.

Depois dessas breves considerações sobre os negros na sociedade brasileira, abordamos aqui as análises de nossa pesquisa. Analisamos, em um primeiro momento, a unidade “O nordeste Colonial”, averiguando os discursos proferidos sobre o negro no livro de 2007, bem como avaliando as exigências impostas aos livros didáticos ocorridas nos últimos anos, decorrentes da publicação da Lei 10.639/2003, a qual propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana, considerada um avanço no âmbito educacional. Em um segundo momento, observamos na mesma unidade se houve mudanças nos discursos do livro de 2017 em comparação à obra de publicação de 2007.

Considerando a importância do discurso do livro didático em sala de aula, o qual, segundo Van Dijk (2008), é o segundo mais influente na sociedade, assim como os posicionamentos de estudiosos sobre o tema, detivemo-nos a analisar que tipo de discurso étnico estava sendo veiculado pelo livro em questão.

A unidade 8 do livro 2007, “O nordeste colonial”, é dividida em seis temas, a saber, 1: A Economia Açucareira, 2: A Ocupação do Nordeste Pelos Holandeses, 3: A Vida Nos Engenhos, 4: Escravidão e Resistência, 5: Trocas e Conflitos, 6: Nem só de Açúcar Vivia a Colônia. Os temas descritos, em sua maioria, abordam a história tradicionalmente contada na maioria dos livros de História, ou seja, a história narrada é conhecida pela maioria dos brasileiros. Dentre essas temáticas, por um critério de seleção de um *corpus* mais restrito, delimitamos uma análise mais específica ao tema cinco, que se intitula: “Trocas e Conflitos”. Esse tema é revelado profícuo devida a

observação de discursos que, segundo nosso olhar analítico, são incompatíveis com a temática da escravidão.

Apolinário (2007, p.225) inicia o tema com um questionamento: “Senhores e escravos viviam lado a lado nas fazendas. Que tipo de relação se estabeleceu entre eles no período colonial?” Logo em seguida ao questionamento, vêm argumentos que acreditamos serem incoerentes com o aprendizado do aluno sobre a temática.

No início da década de 1930, o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre estudou a sociedade colonial. O resultado de seu trabalho foi publicado em 1933 no livro *Casa-grande e senzala*. Freyre concluiu que, apesar da violência que a escravidão representou, teria havido entre senhores e escravos mais integração que conflito. Para sustentar sua posição, o sociólogo deu alguns exemplos. Os filhos dos seus senhores brincavam com as crianças negras, geralmente filhos de escravos domésticos que serviam à família dos fazendeiros. Muitas vezes crianças brancas dividiam o leite materno com crianças negras, pois era comum a presença da ama-de-leite entre as famílias coloniais.

Outro exemplo da integração racial seria o grande número de mestiços. Foi comum a prática de homens brancos, inclusive proprietários de terras, manterem relações sexuais com negras ou mulatas, as quais geravam filhos. Desse modo, Gilberto Freyre defendeu que no Brasil houve uma integração racial que não se verificou em outros lugares da América. Essa integração explicaria a inexistência ou a pequena ocorrência de conflito puramente raciais em nosso país. (Apolinário, 2007, p.225).

Percebemos que o livro traz posições de um sociólogo que não considera a escravidão como algo negativo e defende que existiu mais integração do que conflitos nas relações de escravos e seus senhores. Em relação às fundamentações do sociólogo, os autores não se posicionam sobre elas, apenas descrevem tais argumentos que Freyre conclui em seu Livro *“Casa-grande e Senzala”*. Refletimos, diante disso, que os autores concordam com esses posicionamentos, de certa forma, pois trazem em seus livros, esses argumentos já ultrapassados e eurocêntricos. Segundo Guimarães (2002), Freyre foi o primeiro na sociologia moderna a retomar a velha utopia do paraíso racial, já superada anteriormente. Por volta de 1930, em conferência na cidade de Lisboa, o sociólogo defende que existe democracia racial no Brasil, ponto de vista do qual Guimarães discorda. Batista (2010) considera essa suposta democracia racial defendida por Freyre, um atraso nas discussões na sociedade brasileira sobre políticas de ação afirmativas. Sendo assim, acreditamos que esse tipo de discurso não é inovador para a educação.

Em relação às posições do Sociólogo representadas no livro, existe claramente a ausência de posições dos autores e da obra como um todo sobre a conclusão de Freyre acerca do assunto, bem como, uma tentativa de suavizar a violência que a escravidão representa na nossa história, e de desvalorizar discursos que propõem igualdade racial. Isso se torna evidente pelos exemplos que Freyre apresenta para defender seu ponto de vista: “Os filhos dos senhores brincavam com as crianças negras”. O que se observa na sentença é a posição que os filhos dos senhores estão colocados na frase, em tópico frasal. A nosso ver, quando é posto que as crianças brincavam juntas, transmite-se uma ideia de igualdade entre as classes para o leitor. Observamos também nesta frase que as crianças, filhos de negros, não recebem classificação de filhos, apenas de crianças.

Outra frase que merece destaque no excerto analisado é: “Muitas vezes crianças brancas dividiam o leite materno com crianças negras”. Nessa colocação, consideramos que há uma distorção da história, pois é sabido por diversos historiadores da nossa história, que a ama de leite negra era quem alimentava as crianças dos fazendeiros, a

qual, por diversas vezes, deixava de alimentar seus próprios filhos. Ou seja, não eram as crianças brancas que dividiam seu alimento, e sim, as crianças negras, as quais eram deixadas de lado por imposição dos fazendeiros.

Chama-nos também a atenção a seguinte frase: “Outro exemplo de integração racial seria o grande número de mestiços. Foi comum a prática de homens brancos, inclusive proprietários de terras, manterem relações sexuais com negras ou mulatas, as quais geravam filhos”. Nela percebemos mais uma distorção dos fatos, pois é de conhecimento da história afro-brasileira que os mulatos predominantemente nasceram das relações sexuais forçadas que os donos de escravos realizavam com as negras. Fato que torna evidente a crueldade e violência que sofriam esses povos. As mulheres negras eram obrigadas a terem relações sexuais com os brancos, que as viam como diversão, como suas propriedades. Dessas relações, nasciam os filhos. Estes não eram reconhecidos por seus pais, e muitas vezes, eram negociados em transações de troca.

Observando essas alegações, consideramos que no livro existe uma historiografia, ou seja, uma história contada pela lente colonialista, a qual difunde a escravidão cruel e esmagadora que, mesmo em dias atuais, ainda deixa marca nesses povos. Branco (2010) manifesta que essa noção de escravidão suave e amena é comum ser encontrada em diversas obras de historiadores e sociólogos. Estes enfatizam que os negros recebiam um tratamento humano, quando na realidade, a escravidão foi amarga, dura e cruel fisicamente e socialmente. Segundo a autora, essa suavidade reforça o mito da democracia racial, que ainda hoje mascara o racismo no Brasil.

Seguindo essa posição do sociólogo Freyre, o livro, no entanto, apresenta ainda um posicionamento contrário ao de Freyre, o do historiador Jacob Gorender, que observa:

Eles não negam as trocas culturais entre negros e brancos, mas afirmam que essa visão esconde o traço mais importante do escravismo no Brasil: a exploração e a dominação. Embora a legislação proibisse que um senhor matasse, mutilasse ou castigasse demasiadamente um escravo, essas práticas em comuns. Sabe-se que os raros casos denunciados quase sempre acabaram na absolvição do fazendeiro. O grande número de mestiços revelaria também a violência que os senhores exerciam sobre suas escravas (Apolinário, 2007, p.225).

Portanto, com base na análise contrária de Freyre, é perceptível que a banalização da vida dos escravos no período de escravidão, o quanto estes sofriam nas mãos dos seus senhores, bem como a violência que estes padeciam.

De acordo com as perspectivas dispostas no livro, podemos considerar que o tema trabalhado na unidade em questão, precisa ser antes de trabalhá-lo em sala de aula, repensado. Ela deixa sob a responsabilidade do docente defender ou ir de encontro a algumas das ideias e conceitos abordados pela obra. Observando o assunto abordado sobre a escravidão e a dualidade de argumentos apresentados, é possível que estudantes tomem partido diante de colocações de ponto de vista diferentes. Sendo o discurso educacional, como traz Van Dijk (2008), um dos mais influentes para uma sociedade, podemos inferir que um livro que profere um discurso em que defende o mito da igualdade racial, já nos tempos de escravidão, torna-se perigoso para uma sociedade que necessita reconhecer que não existe democracia racial e, muito menos, que ela existiu na escravidão. É necessário, desde a educação básica, o ensino que preze pela desconstrução do racismo. Isso é um passo inicial para construir a igualdade entre povos.

No livro de publicação 2017, a unidade oito, “Nordeste Colonial”, tem uma organização diferente. Ela apresenta apenas quatro temas: 1: A Economia Açucareira, 2: Escravidão, Resistência e Trocas Culturais, 3: Os Holandeses no Nordeste, 4: Nem Só de Açúcar Vivia a Colônia. Na observação da estrutura dessa unidade, já podemos observar que ela está condensada em relação ao livro anterior. Outra mudança é na descrição dos temas, pois as temáticas “A vida nos engenhos” e “Trocas e conflitos” foram retiradas dessa versão. Sendo assim, trataremos a análise mais específica do tema 2: Escravidão, Resistência e trocas culturais.

No início do tema já é perceptível uma mudança de discurso sobre o negro. No princípio da unidade, temos uma apresentação de uma autora significativa para o movimento negro no Brasil, Conceição Evaristo, que aborda em suas obras a discriminação racial e o cotidiano das mulheres afrodescendentes. Esta mudança já conta como significativa e positiva diante das evoluções que negros conseguiram ao longo dos anos. Posteriormente os autores evidenciam:

A escravidão africana e as ideias criadas pelos colonizadores para justificá-la criaram raízes no Brasil. Mesmo com o fim da escravidão, em 1888, essa visão ocidental cristã sobreviveu no país em diferentes manifestações de preconceito e mecanismos de exclusão social. Porém, notamos recentemente a presença maior de negros em cargos dos poderes Executivos, Judiciário e Legislativo, em profissões liberais (médicos, advogados, professores, escritores etc.) e em papéis de destaque em filmes e novelas, apontando para uma mudança positiva em nosso país. É uma mudança lenta, mas visível. (Apolinário, 2017, p.191).

Com base nesses posicionamentos, observamos que as lutas de movimentos negros, que se configuram em resultados como a Lei 10.639/03, considerando o avanço na educação, está agindo positivamente na representação dessa etnia, a qual, por muito tempo, foi silenciada e caricaturada nos livros didáticos, assim como em todos os discursos sociais.

Batista (2010), em seu trabalho que analisa a contribuição do movimento negro para promulgação da Lei 10.639/03, trata sobre a necessidade de se reformular o currículo escolar voltando-se mais para o negro:

O projeto educacional destina-se aos brancos, numa perspectiva desenvolvimentista, enquanto aos negros, além de invocar o passado escravo, era oferecido o embranquecimento como saída, isto é, estruturação do racismo no sistema educacional” (Batista, 2010, p.299).

Segundo a autora, esse é um dos principais motivos que tornam urgente a reformulação de um currículo de modo que evidencie a história da contribuição cultural, social, e econômica da população afro-brasileira. Para Batista, a educação escolar é um espaço de grande influência, em que não se pode resolver tudo, mas ocupa um lugar em que pode se oferecer para crianças, jovens e adultos criticidade diante de atitudes preconceituosas.

No tocante a este tema, embora tenha iniciado com discursos positivos e inovadores sobre o negro, mostrando sua resistência e sua contribuição para a sociedade brasileira, como pudemos observar anteriormente, o livro novamente retoma a tese de Freyre.

O sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, em sua obra *Casa-grande e senzala*, defendeu uma tese até hoje muito discutida a respeito da relação de senhores e escravos no engenho colonial. Segundo ele, apesar da violência, a escravidão no Brasil teria sido marcada mais pela integração do que pelo o conflito. O exemplo dessa integração teria sido as brincadeiras compartilhadas entre crianças negras e filhos de senhores no cotidiano do engenho, o aleitamento de crianças brancas pelas amas de leite negras e o grande número de mestiço na nossa sociedade, demonstrando que, no Brasil, teria havido uma relação de proximidade e de trocas culturais que inexistiu em outras regiões da América. Pesquisadores que refutam tese de Gilberto Freyre não negam a existência do intercâmbio cultural, mas afirmam que isso não apaga o traço mais importante de escravidão no Brasil: a exploração e a dominação. (Apolinário, 2017, p.193).

Percebemos, com isso, que o discurso que defende a democracia racial ainda é retomado e trabalhado no livro usado até nos anos de 2019. Consideramos, diante dessas observações, uma incoerência em relação ao tratamento da temática que vinha sendo abordada na unidade, pois esta parte vai continuar reforçando e expressando opiniões que desacreditam na desigualdade racial que é evidente e gritante em nosso país.

Em notícia publicada pelo site G1,³ o Conselho Federal de medicina constatou que, nos anos de 2022, em um dos cursos de maior relevância no Brasil, apenas 3% dos médicos são negros. Isso torna evidente a desigualdade que a escravidão causou nessa etnia.

De acordo com o 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), entre o número de pessoas presas no Brasil, 68,2% são negras. Conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, “Brasil encarcera majoritariamente pessoas negras e persiste na recusa em prover condições dignas de vida e garantir direitos para essa população.” (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p.308).

Dessa forma, não se pode em um país altamente racista, como mostra dados citados anteriormente, utilizarmos de um discurso tão importante como o LD para minimizar a tragédia que foi a escravidão. Mesmo assim, apesar dessa insistência em retomar essa posição de Freyre que repercutiu muito na sociedade brasileira e que, com suas retomadas em espaços sociais, configura reflexões as quais podem ocasionar num tratamento negativo do tema, observamos que a forma em que os autores trouxeram a posição do sociólogo mudou. Notamos em sua estrutura, a inserção do termo “segundo” para se referir à colocação da opinião de Freyre, bem como, a reelaboração do período que trata sobre as amas de leite. Agora, elas são expostas como amas de leite, que eram negras e amamentavam os filhos dos fazendeiros, diferente da colocação do livro analisado, anteriormente, em que fazia diversas distorções.

Diante desses fatos observados, inferimos que essa colocação do mito de democracia racial é resultado de uma ideologia que representa o negro como um grupo inferior (marginalizado) na sociedade, que naturaliza essa inferioridade, trazendo uma ideia de igualdade com tentativas de silenciar as lutas travadas por essas etnias. Embora se tenha mudado alguns discursos racistas por discursos que provoca a “desconstrução” do racismo, ocasionado em direitos que os negros vêm conquistando, os autores do livro didático analisado insistem em envolver um discurso colonialista que não mais deveria fazer parte das discussões num espaço social tão importante para a formação de uma

³ CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA APONTA QUE APENAS 3% DOS MÉDICOS SÃO NEGROS. **G1.globo.com**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/mogi-das-cruzes-suzano/noticia/2022/11/30/conselho-federal-de-medicina-aponta-que-apenas-3percent-dos-medicos-sao-negros.ghtml>. Acesso em: 01 set 2023.

sociedade. Como traz Resende e Ramalho (2019, p.34), “identidades sociais” são construídas por meio de classificações mantidas pelo discurso. E, assim como são construídas discursivamente, identidades também podem ser contestadas no discurso”.

Com base nessa perspectiva, inferimos que as posições levantadas sobre o tema nas unidades dos livros analisados constituem como prejuízo ao discurso inovador que defende o fim do racismo. Segundo as autoras, identidades sociais são construídas por meio do discurso, porém, estas também podem ser modificadas pela linguagem. Sendo assim, essas mudanças sobre as construções das identidades sociais de negros que ainda são desvalorizadas precisam ser construídas pelo discurso.

Observamos algumas mudanças significativas no livro Projeto Araribá versão 2017, porém, é perceptível ainda a falta de discussões que prezam pelo fim do racismo, mantendo-se com isso relações de poder e de dominação em nossa sociedade.

4.3 O discurso sobre o negro na unidade “reinos e povos da África”

Nesse tópico, trazemos a análise da unidade 3 do livro de versão 2017 que tem como temática “Reinos e Povos da África”. Essa unidade é composta pela cultura do continente Africano, a qual ainda hoje é vista de maneira hegemônica. A unidade é iniciada com “Hino à Minha Terra”, que exalta a beleza deste Continente. Aqui se encontra a descrição de reinos e povos, bem como a cultura do continente Africano. Em toda estrutura da unidade são evidenciadas várias imagens que exibem a sua beleza e a cultura.

A obra inicia o tema um com o seguinte questionamento: “Por que conhecer a história da África?”.

Por muito tempo, os antigos povos que habitavam a África foram vistos como seres inferiores e sem cultura. Felizmente, nos dias de hoje, essa visão preconceituosa tem sido desfeita com a ampliação dos estudos sobre o continente. Eles mostram, por exemplo, que a África pré-colonial era habitada por diferentes sociedades, algumas com organização complexa, intensa atividade comercial e uma grande produção artística e cultural. Apesar disso, ainda hoje muitas pessoas e sociedades têm uma imagem deturpada e simplificadora sobre os povos africanos. Por isso, em um período marcado cada vez mais pelo desrespeito à diversidade, conhecer um pouco a história das sociedades africanas é um passo importante para a construção de um mundo justo e solidário (Apolinário, 2017, p.64).

Com base na análise realizada nessa unidade, observamos que existe a exibição de uma cultura e da beleza de povos que foram minimizados pela camada dominante. Em nossa historiografia, está contada pela visão colonial, que não reconhecia e não proferia o valor do negro na formação da cidadania brasileira, assim como, desvalorizava a sua cultura e sua história, impondo uma visão de inexistência desses povos, assegurando as relações de poder. Considerando esses fatos, observamos mudanças discursivas positivas a respeito do negro, pois nessa unidade constatamos a presença de sua cultura e de sua história.

Essas transformações são impostas na Lei 10.639/03, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional para incluir, no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro- brasileira”.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (Brasil, 2003).

Essas mudanças são de grande importância para se efetivar a igualdade racial em nossa sociedade. Para Batista (2010), essa legislação tem um imenso valor, pois chama a atenção para o respeito à pluralidade étnico/racial com objetivos de se combater a discriminação e preconceitos étnicos inseridos na escola.

De acordo com essa perspectiva, atentemo-nos para a mudança existente na obra ao longo de dez anos de edição, uma vez que uma versão mais atual já se mostra disposta a abordar discursos que visam o respeito à legislação vigente, que propõe o estudo da cultura negra, pois ela tem um grande valor para a formação brasileira.

Considerações finais

Neste estudo sobre o negro no livro didático de história *PROJETO ARARIBÁ*, versões 2007 e 2017, analisamos como os livros didáticos, aprovados pelo PNL e eleitos pelos professores, que são usados constantemente na sala de aula e que têm grande influência na formação dos estudantes, dialogam a respeito do negro. Tendo por base as desigualdades e discriminação alarmantes em nosso país e considerando a escola como um espaço tão importante na formação da sociedade, investigamos o discurso proferido em livros didáticos sobre a etnia negra, que por muito tempo foi e é vista a partir da visão eurocêntrica, com base no estudo comparativo entre duas unidades do Livro, disciplina de História, que abordam a temática.

A pesquisa revelou que, em dez anos, entre a publicação e outra da mesma coleção em análise, houve mudanças significativas, em que se evidenciaram conquistas que os negros conseguiram através de lutas, mesmo diante de tanta injustiça e desvalorização, bem como a importância de sua cultura para a formação da sociedade brasileira. Contudo, constatamos que ainda existem visões coloniais no discurso sobre o negro nesses livros.

No livro didático de versão 2007, por exemplo, observou-se um discurso muito modalizado sobre o que foi a escravidão, ou seja, percebe-se que esse discurso vem mediado intenções, trazendo uma ideia de suavidade em relação à convivência dos fazendeiros com seus escravos, mascarando os conflitos que resultaram em punições severas e, muitas vezes, em mortes de negros, ação naturalizada na escravidão. No livro de versão 2017, embora algumas mudanças positivas nesse discurso, observou-se ainda a presença de discursos que defendem o mito da democracia racial, que atrapalha os movimentos e as lutas pela igualdade étnica. Identificou-se, também, que as mudanças positivas foram evidenciadas por meio da lei que propõe novas diretrizes curriculares para o ensino da cultura afro-brasileira.

Diante dos fatos, inferimos que a insistência de inserir discursos, na obra didática, que trazem o mito da democracia racial, é uma tentativa de se manter no topo das relações de poder tão presentes na sociedade.

Referências

APOLINÁRIO, Maria Raquel (org.). **Projeto Araribá História**. São Paulo: Moderna, 2007.

APOLINÁRIO, Maria Raquel (org.). **Projeto Araribá História**. São Paulo: Moderna, 2017.

BATISTA, Maria de Fátima Oliveira. A contribuição do Movimento Negro de Pernambuco Na Constituição da Lei Nº10.639/03. In SANTIAGO, Eliete; SILVA, Delma; SILVA, Claudilene (Org). **Educação, escolarização e identidade negra: 10 anos de pesquisa sobre relações raciais no PPGE/ UFPE**. Recife: UFPE, 2010.

BRANCO, Raynette Castelo. O Negro No Livro Didático de História do Brasil Para o Ensino Fundamental II, da Rede Pública Estadual de Ensino, No Recife. In SANTIAGO, Eliete; SILVA, Delma; SILVA, Claudilene (Org). **Educação, escolarização e identidade negra: 10 anos de pesquisa sobre relações raciais no PPGE/ UFPE**. Recife: UFPE, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Brasil. **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico Raciais e o Ensino da História e Cultura Afro- Brasileiras e Africanas**. Brasília, DF, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. Tradução: MELO, Iran Ferreira. **Linha d'agua**, v. 25, n.2, p. 307-329, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança social**. 2ºed. Brasília: Universidade de Brasília, 2016. 338p.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em 01 set. 2023

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Democracia racial. **Cadernos Penesb, Niterói**, v. 4, p. 33-60, 2002.

IFADIREÓ, Miguel Melo et al. Educação Intercultural e suas Ambivalências com o Estranho. Um Estudo Sobre a Representação Social do Negro no Livro Didático. **Revista de Psicologia**, v. 13, n. 43, p. 1081-1104, 2019.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: contexto, 2019.

SEGUNDO, Paulo Roberto Gonçalves. Discurso e Prática Social. In Batista JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira (Org). **Análise de Discurso Crítica Para Linguístas e Não Linguístas**. São Paulo: Parábola, 2018.

SILVA, Ana Célia da. Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático. Books.Scielo.org, 2010. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=ctyICgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA13&dq=desconstruindo+a+discrimina%C3%A7%C3%A3o+do+negro+em+livro+didatico&ots=gDkLSdZqiC&sig=nyMrjOkJ4HsfPegFFCI7VMwFbRE#v=onepage&q=desconstruindo%20a%20discrimina%C3%A7%C3%A3o%20do%20negro%20em%20livro%20didatico&f=false>>. Acesso em, 25 de janeiro 2021.

SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático: O que mudou? Por que mudou?**. Edufba, 2011.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; TEIXEIRA, Rozana; PACIFICO, Tânia Mara. Políticas de promoção de igualdade racial e programas de distribuição de livros didáticos. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 1, p. 127-143, 2013.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.